

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SUAS POSSIBILIDADES NO COMBATE DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

COSTA; Profª Drª Valdelúcia Alves da¹, PAVAN; Rita de Cássia Galvão²

RESUMO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SUAS POSSIBILIDADES NO COMBATE DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA

Valdelúcia Alves da Costa^[1]

Rita de Cássia Galvão Pavan^[2]

Este trabalho refere-se às possibilidades de democratização da escola pública convistas à inclusão, tanto em atendimento às políticas públicas de educação, quanto às demandas humanas no combate à violência, manifestada pelo preconceito contra estudantes com deficiência e/ou características consideradas desviantes do padrão imposto pela cultura hegemônica,^[3] que não tolera diferenças de ser e estar na sociedade de classes, o que tem obstado o acesso à educação como direito humano e social, como problematizado por Agra e Costa (2021, p.24): “[...] ao impor barreiras ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência na escola, ao promover uma hierarquização dos indivíduos no que concerne aos aptos ou inaptos à aprendizagem”, consequentemente, este estudo tem como questão central: Quais as causas que ainda permitem a violência na escola, manifestada pelo preconceito contra estudantes com deficiência e/ou características consideradas desviantes do padrão imposto pela cultura hegemônica? **Objetivos:** Refletir sobre a formação de professores e estudantes para além da adaptação à sociedade de classes, o que implica na formação de indivíduos críticos e pensantes, capazes de enfrentar as tentativas de manipulação e dominação próprias da sociedade de classes, mesmo considerando ainda não ser possível superar o capital; mas é plausível a formação crítica por meio da educação emancipadora e democrática; e identificar os possíveis determinantes da violência escolar manifestada pelo preconceito contra estudantes com deficiência e/ou características consideradas desviantes. Consequentemente, vislumbra-se a educação inclusiva centrada nas demandas e diferenças humanas (subjetivas) e cognitivas, físicas e sensoriais (objetivas) na implementação do currículo escolar. Assim, salienta-se a educação inclusiva em sua dimensão dialética e crítica que não se concretiza pela negação do existente e/ou pela aceitação irrestrita da realidade. Mas, antes e, também, como afirmado por Adorno (2000), incorporando a resistência frente à racionalidade social, subjacente à manutenção de estruturas de dominação expressas pela padronização do ensino e a mera transmissão de conhecimento que fortalecem a violência. Para tal, Freire (2015) nos instiga que há uma concepção de educação que se contrapõe a essa premissa, a qual considera o conhecimento como sendo possível depositá-lo na cabeça das(os) estudantes, considerados como receptores de conhecimento, em uma relação autoritária em que o professor introjeta valores sem diálogo entre professores e estudantes. Essa educação está articulada ao ideário de poder autoritário do opressor que submete o oprimido, sem que ocorra uma problematização das causas que permitem a violência. Consoante ao que foi discorrido, demanda-se a autoridade educativa como referência, ensinando respeito pelos estudantes com e sem deficiência, demais profissionais da educação e da comunidade, afetando sua formação como seres autônomos e, dessa forma, evitando a violência, como afirmado por Freire (2015, p.

¹ Universidade Federal Fluminense, valdelucia2001@uol.com.br

² Universidade Federal Fluminense, ritagpavan@yahoo.com.br

44): “O conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela ‘imersão’ em que se acham na realidade opressora”. Assim, a liberdade é somente possível ao desvincular-se da opressão da cultura da sociedade burguesa imposta na escola e da reprodução do conhecimento que aliena os indivíduos, ao possibilitar que sejam autônomos e críticos em um processo de ensino- aprendizagem que vislumbra a emancipação. Referencial teórico: A Teoria Crítica da Sociedade (Adorno) e a Educação Libertadora (Freire) são os referenciais adotados para problematizar e analisar o objeto de estudo, com ênfase no conceito de autonomia. Assim, faz-se necessário ensinar a superação dos ditames da educação padronizada, na qual predominam o pensamento coisificado. Em suma, face a isso, pode-se afirmar, conforme Crochík (2012, p.215): “(...) se de um lado há a aceitação dos estudantes em situação de inclusão, estudantes com deficiências, de outro, é difícil que seus colegas os aceitem”. Portanto, os estudantes com deficiência não são valorizados por seus colegas ao serem segregados. É nesse contexto que Costa (2011) enfatiza o percurso que a sociedade enfrenta na segregação escolar, em que estudantes com deficiência são tidos como incapazes de frequentar a escola democrática, livre das classes especiais que discriminam e segregam, o que impede a visibilidade das diferenças físicas, sensoriais e intelectuais discentes. **Metodologia:** Na realização do estudo, os procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados foram pautados na revisão bibliográfica e na análise dos dados coletados em duas escolas municipais. Vale destacar que este estudo se refere à uma monografia de final de curso de Pedagogia e um relatório final de bolsa de Iniciação Científica no âmbito do Projeto de Pesquisa (CNPq) ‘Violência Escolar: discriminação, *bullying* e responsabilidade’, também integrando o Projeto de Pesquisa (CNPq) ‘Políticas Públicas de Educação: experiências de formação, inclusão e violência na escola pública’, conduzidos pela Pesquisa Social Empírica (Adorno, 2001). Os dados coletados foram alocados em duas categorias: Aspectos de acessibilidade arquitetônica e pedagógica; O que pensam as(os) professoras e as coordenadoras pedagógicas sobre inclusão escolar?, desenvolvido no período compreendido entre os anos de 2018-2020, tendo realizado a coleta de dados por intermédio de questionário com vistas à caracterização de duas escolas públicas; e entrevistas semiestruturadas com dois professores de Artes, um professor de Educação Física e dois professores de Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental II, ao considerar que a violência pode ser melhor percebida nessas disciplinas pela expressão artística, desportiva e na produção textual. **Resultados e discussão:** Os principais resultados obtidos neste estudo demonstraram avanços significativos na implementação da política de educação inclusiva, sobretudo pela acessibilidade arquitetônica (rampas, elevadores) e pedagógica no atendimento às necessidades educacionais de estudantes nas salas de aulas inclusivas, com disponibilização de material escolar adaptado no atendimento às diferenças motoras, intelectuais e físicas das(os) estudantes. Ainda foram observados desafios a serem enfrentados, sobretudo, quanto à formação de professores, ao currículo e ao projeto político pedagógico, destacando-se as classes organizadas com estudantes com desempenho de aprendizagem semelhante, corroborando à manutenção do sistema escolar homogêneo e, conseqüentemente, contribuindo à classificação entre estudantes mais e menos aptos intelectual e desportivamente, fortalecendo a discriminação e/ou a pseudoinclusão, obstando ou minimizando as possibilidades da educação humanizadora e emancipadora. **Considerações finais:** A realização desta pesquisa fortaleceu a parceria entre escolas pesquisadas e a universidade pública, como alternativa formativa no enfrentamento à violência escolar manifestada pelo preconceito contra estudantes com deficiência e/ou características consideradas desviantes do padrão imposto pela cultura hegemônica, contribuição à problematização e enfrentamento das causas históricas e sociais que ainda permitem a discriminação na escola pública. Concluindo, no enfrentamento da violência social, com ênfase na escola, se fazem necessárias estratégias pedagógicas e ações políticas, tais como: organização de grupos de estudo, palestras com a participação de professores, gestores, membros da equipe pedagógica, estudantes e familiares, sobre as possibilidades da inclusão e os desafios da acessibilidade atitudinal, arquitetônica e pedagógica para estudantes com necessidades educacionais especiais, contribuindo à conscientização dos membros da comunidade escolar para o exercício de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as diferenças de aprendizagem das(os) estudantes e, assim, contribuir para seu desenvolvimento escolar, social e humano.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Violência escolar. Direitos humanos

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ADORNO, T. W. **Epistemología y Ciencias Sociales**. Madrid, Spain: Frónesis Cátedra, Universitat de València, 2001.

Disponível

em:

¹ Universidade Federal Fluminense, valdelucia2001@uol.com.br

² Universidade Federal Fluminense, ritagpavan@yahoo.com.br

<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Adorno,%20Theodor/ADORNO,%20Theodor%20-%20Epistemologia%20y%20ciencias%20sociales.PDF> Acesso em: 19/05/2024.

AGRA, M; COSTA, V. A. da. Políticas de educação inclusiva e práxis pedagógica na escola pública: experiências no Brasil. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v.8, n.2, 2021, p.21-39. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3484> Acesso em: 20/05/2024.

COSTA, V. A. da. Formação de professores e educação inclusiva: experiências na escola pública. In: COSTA, V. A. da. (org.). **Políticas públicas e produção do conhecimento em educação inclusiva**. Niterói: Intertexto x CAPES, 2011, p. 31-52.

CROCHICK, J. L; CROCHICK, N. **Bullying, preconceito e desempenho escolar**: uma nova perspectiva. São Paulo: Benjamin Editorial, 2017.

CROCHÍK, J. L. Fatores psicológicos e sociais associados ao *bullying*. **Psicologia Política**, vol. 12, n. 24, maio-ago. 2012, p. 211-229. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200003> Acesso em: 02/10/2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

[1] Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq): Políticas de Educação: Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar (GRUPEPE). Coordenadora na UFF do Projeto Pesquisa (CNPq) "Violência Escolar: discriminação, *bullying* e responsabilidade". Coordenadora do "Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos". Contato: valdelucia2001@uol.com.br

[2] Mestranda em Educação (bolsista CAPES) pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa: Políticas de Educação: Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar (GRUPEPE). Ex-bolsista de Iniciação Científica (CNPq) do Projeto de Pesquisa (CNPq): "Violência escolar: discriminação, *bullying* e responsabilidade". Contato: ritagpavan@yahoo.com.br

[3] Conforme Crochick e Crochick (2017), a cultura estabelece como padrão, comportamentos propícios à manutenção da produção de um sistema capitalista em que a tudo confere uma utilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Violência, Escola Pública

¹ Universidade Federal Fluminense, valdelucia2001@uol.com.br

² Universidade Federal Fluminense, ritagpavan@yahoo.com.br